



CARTA PÚBLICA

Retrocesso dos direitos humanos e da participação social na nova condução da política externa brasileira

O Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa (CBDHPE) foi criado com o objetivo de fortalecer a participação cidadã e o controle democrático da política externa brasileira com impactos na proteção e promoção dos direitos humanos em âmbito nacional e internacional. Desde sua criação em 2006, o CBDHPE é interlocutor do Ministério de Relações Exteriores (MRE) e, por isso, vimos por meio desta **nos manifestar frente ao anúncio do “Delineamento da Nova Política Externa Brasileira”** apresentada por José Serra por meio de discurso em 18 de maio de 2016. Cabe destacar que é questionável a legitimidade política e a conformidade jurídica do processo que levou o vice-presidente Temer a assumir a Presidência interina.

Não há sinais, no pronunciamento, de enfrentamento à cultura de opacidade e insulamento social do Itamaraty. Iniciativas em curso dentro do próprio Ministério para ampliar os canais de informação e de diálogo com a sociedade não estão presentes no referido Delineamento, como o caso do Livro Branco da Política Externa ou a criação de um espaço formal de participação de diferentes setores sociais junto ao MRE. Apenas **os chamados “setores produtivos” foram considerados para “intensa”, “ampla e sólida” consulta pela gestão interina do Itamaraty** (vide Diretrizes 6 e 9). Negociações comerciais e comércio exterior claramente prevalecem na nova política externa brasileira, questões essas que não são de interesse exclusivo dos “setores produtivos”, mas também da sociedade civil organizada e das comunidades que podem ser afetadas por mudanças nas diretrizes econômicas no Brasil e na forma de inserção de sua economia no mundo.

Embora a defesa dos direitos humanos tenha sido incluída na Diretriz 2 como um elemento de atenção, causa-nos grande preocupação as reiteradas menções à lógica do pragmatismo que parecem refletir a marca da chamada nova política externa

brasileira. Os direitos humanos não podem povoar discursos apenas de forma retórica e isso acontecerá se o Brasil não der prevalência a eles na condução de suas relações internacionais – inclusive comerciais –, como determina o Artigo 4º de nossa Constituição Federal.

Este Comitê também **seguirá vigilante quanto à participação do Brasil em órgãos multilaterais dedicados à agenda de direitos humanos.** Um real compromisso com a agenda de direitos humanos passa, pela mais alta consideração deste Ministério pelo **respeito às obrigações regionais e internacionais de direitos humanos, incluindo o cumprimento de decisões de órgãos como a Corte Interamericana e a ratificação de instrumentos há muito pendentes** como a Convenção sobre Direitos dos Trabalhadores Migrantes e Sua Família, o Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional de Direitos Econômicos e Sociais e o Tratado sobre o Comércio de Armas. Tal participação deve contribuir para a evolução normativa e o fortalecimento dos mecanismos de proteção em questões temáticas e em crises específicas que mereçam atenção da comunidade internacional.

Causou-nos enorme apreensão a omissão durante o discurso de posse do papel do Brasil diante da séria crise sofrida por migrantes e refugiados em diferentes partes do mundo hoje. Segundo a Agência das Nações Unidas para Refugiados, o mundo vive a maior crise de refugiados desde a Segunda Guerra Mundial. O Brasil tem desempenhado papel importante ao promover políticas de acolhimento e rechaçando posturas de países que têm adotado abordagem securitizada e violadora de direitos para a questão. É por isso que nos preocupa também a forma como o tema das fronteiras foi abordado, limitando à uma visão puramente securitária. Esperamos que a não menção à questão dos migrantes e refugiados não signifique um recuo do Brasil em iniciativas importantes tal qual a concessão de vistos humanitários e o apoio do Executivo Federal à reforma da atual e inconstitucional legislação migratória.

As preocupações do CBDHPE sobre a importância que será dada aos direitos humanos na política externa não derivam somente do discurso de posse de José Serra, mas encontram respaldo em ações já adotadas pelo governo interino. **O CBDHPE repudia veementemente a decisão de Michel Temer de nomear apenas homens brancos aos Ministérios e a decisão de rebaixar o peso dado aos direitos humanos na**

institucionalidade do Estado brasileiro, hoje subordinada à pasta de Justiça e Cidadania.

As seguintes organizações do CBDHPE subscrevem a presente Carta Pública:

- Artigo 19
- Associação de Bissexuais, Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais – ABGLT
- Comunidade Bahá'í
- Conectas Direitos Humanos
- Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – Gajop
- Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE
- Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos – IDDH
- Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC
- Justiça Global